

-----ATA N.º 269-----

----- Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, no Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, extraordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

1 Período da Ordem do Dia-----

- 1.1 Regimento-----
- 1.2 Designação ou Eleição de Representantes-----
 - 1.2.1 ACeS Baixo Vouga-----
 - 1.2.2 Conselho Municipal de Juventude-----
 - 1.2.3 Assembleia Intermunicipal da CIRA-----
 - 1.2.4 Assembleia Distrital-----
 - 1.2.5 Conselho Municipal da Defesa da Floresta-----
 - 1.2.6 Conselho Municipal de Educação-----
 - 1.2.7 Conselho Municipal de Segurança-----
 - 1.2.8 ANMP-----
- 1.3 Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sever do Vouga 2021-2030-----
- 1.4 Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e quinze minutos.-----

----- O Presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Almiro Silva Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- Ana Rita da Costa Sousa Figueiras-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Isabel Maria Martins Tavares-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----

- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----
--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; António José Martins Coutinho, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----
--- Da Assembleia Municipal, foram registadas as seguintes faltas: Ana Maria Tavares Mendes, que foi substituída por Luís Filipe Tavares da Silva Pedro; Beatriz Manuel Lourenço Soares, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes, José Pedro de Bastos Costa Lemos, que foi substituída por Isabel Maria Martins Tavares e, ainda, Pedro Miguel Martins Mendes, que não foi substituído por ainda não ter tomado posse.-----
De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal informou ter recebido um pedido de suspensão temporária do mandato, por um prazo de três meses, de Marco André Carvalho Ferreira, o qual foi deferido e foi instado o respetivo protocolo para a sua substituição pela Tânia Filipa Fernandes Pinheiro.-----

-----**Período de Antes da Ordem do Dia**-----

Antes de passar para o ponto da correspondência recebida, o Presidente da Assembleia Municipal disse que gostaria que fosse dado cumprimento aos horários, nomeadamente no início das reuniões e que, na próxima reunião, a mesma começaria, impreterivelmente, à hora marcada com uma tolerância máxima de cinco minutos. De seguida, pediu aos membros que se pretenderem ausentar durante a reunião, por motivos absolutamente inadiáveis, que avisassem previamente à mesa e voltassem a avisar quando regressassem para a mesa poder tomar nota. Por fim, informou que a reunião extraordinária tinha sido marcada, a pedido do senhor Presidente da Câmara, com fundamento na necessidade de eleger um representante das Juntas de Freguesia para participar no congresso da ANMP a realizar-se nos dias 11 e 12 de dezembro e que tinham aproveitado para incluir na Ordem de Trabalhos as demais designações necessárias, para as diversas entidades, assim como a aprovação do Regimento, de forma a libertar algum tempo para a reunião ordinária a realizar-se no mês de dezembro.-----

1.1 Atas:-----

1.1.1 Ata 269 de 03 de setembro de 2021: - Foi apreciada a ata n.º 269, da sessão ordinária de 03 de setembro de 2021, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, David Alves, Diana Paiva, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

1.1.2 Ata 270 de 14 de outubro de 2021: - Foi, ainda, apreciada a ata n.º 270, da sessão ordinária de 14 de outubro de 2021, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, Ana Figueiras, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira e Sérgio Silva.-----

1.2 Correspondência:-----

O Presidente da Assembleia Municipal informou ter solicitado, oportunamente, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que fosse cedido um espaço na Câmara Municipal para as reuniões, não só, da mesa, mas também com os grupos municipais e que esse mesmo pedido tinha sido imediatamente atendido pelo senhor Presidente da Câmara, que atribuiu uma sala ao lado do Salão Nobre. Mais informou que essa sala ficaria, também, disponível para, se assim o entendessem, os grupos municipais poderem usar ou nas suas reuniões em conjunto ou individualmente, desde que, para isso, previamente informem o Presidente da Mesa ou um dos secretários para que seja garantida essa disponibilidade. Além do espaço, o Presidente da Câmara Municipal atribuiu, ainda, um computador portátil à mesa, para o

seu trabalho. Informou, ainda, que o Presidente da Câmara Municipal nomeou os funcionários Luís Figueiredo Martins e a Carla Alexandra Pereira da Silva para secretariar as sessões da Assembleia e para apoio à mesa.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal comunicou alguns convites recebidos:--

- Convocatória para o 25º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar-se nos dias 11 e 12 de dezembro;-----
- Comunicação da Associação de Estudos de Direito Regional e Local sobre uma eventual aquisição o livro “O Mapa Municipal Português (1820-2020) – A Reforma de Passos Manuel”;-----
- Convite da Banda União Musical Pessegueirense para o concerto “São Martinho”, realizado no dia 14 de novembro, no qual esteve presente António Cruz, em representação da mesa;-----
- Convite da Associação Senhorinhense para um magusto de São Martinho, no qual esteve presente Ana Veloso, em representação da mesa;-----
- Convite da Filarmónica Severense para um magusto de São Martinho, em que esteve presente o Presidente da Mesa;-----
- Convite para o dia de hoje, se der tempo, no fim desta reunião, para a inauguração de um alojamento local da casa Família Santiago aqui em Sever do Vouga;-----
- Convite para o 61º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga;-----
- Recomendação da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens sobre o cumprimento dos mandatos pelos membros indicados pelos órgãos autárquicos;-----
- Envio de parecer, da ANAM, sobre a constituição de grupos municipais por parte de listas em coligação;-----
- Convite, do Centro das Artes e do Espetáculo, para a celebração do 20 aniversário do CAE, realizada no dia 20 de novembro;-----
- Convite do Presidente da Câmara para um encontro entre o Município e o Bispo de Aveiro, a realizar-se no dia 6 de dezembro;-----
- Convite para a ceia de Natal dos funcionários da Câmara para 10 de dezembro;-----
- Da Associação Nacional de Assembleias Municipais um pedido de adesão.-----

----- **Ordem do Dia** -----

1.1 Regimento: - O Presidente da Assembleia Municipal disse, ter tido o cuidado de, antecipadamente, promover uma reunião com os líderes dos grupos municipais e com os senhores Presidentes de Junta, embora algumas pessoas não pudessem ter estado presentes, para permitir a apresentação de um documento praticamente fechado. Então, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da proposta de alteração ao Regimento em vigor. De seguida, foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Sérgio Silva – Minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhores vereadores e Presidente da Câmara, caríssimo Presidente da Assembleia Municipal. A minha primeira palavra é para saudar todos os eleitos nas eleições do passado dia 26 de setembro e todos aqueles que, vencendo ou não vencendo, fizeram a democracia acontecer. Já tive oportunidade de conversar, telefonicamente, com o senhor Presidente da Assembleia Municipal acerca deste assunto e queria oficializar, aqui, a minha opinião sobre o documento que será a linha orientadora dos próximos quatro anos do órgão máximo autárquico, este regimento. Tive conhecimento que, na passada quarta-feira, na reunião da eleição do representante das freguesias na ANMP foi, também, discutido o Regimento. Não pude estar presente, contudo, o pouco tempo decorrido desse momento, que considero insuficiente para ser digerida toda a informação do documento, leva-me a anunciar, desde já, que vou votar contra, neste ponto, porque considero, também, que, fruto do momento atual, este Regimento carece de uma reforma mais profunda, nomeadamente

naquilo que as assembleias anteriores, de Manuel Soares e de Mário Silva, não quiseram mudar. Refiro-me, por exemplo, à minha posição de único elemento independente e que nunca tive assento nas conferências de líderes impedindo-me de ter os mesmos direitos de intervenção e participação nas atividades desenvolvidas pelo órgão e no acesso a informação muitas vezes aqui discutida. Direitos esses que, em vários Regimentos de Assembleias Municipais, por esse país fora, são assegurados e que, recentemente, a ANMP veio defender no parecer emitido a um Câmara Municipal vizinha que tem, também, apenas um membro independente, o qual parecer tenho aqui e vou entregar à mesa. Assim, e porque, dentro de menos de um mês, vamos ter uma nova Assembleia Municipal, proponho que este ponto não seja votado hoje e que sejam alterados os artigos 15º e 22º e que, atempadamente, possamos analisar o documento para ser votado na próxima Assembleia.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da mesa. Queria começar por cumprimentar a si e à mesa, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, o público aqui presente e, também, os funcionários que dão apoio a estas reuniões. Eu acho que nesta altura em que estamos a começar a discussão das regras que vão moldar aquilo que é o funcionamento da Assembleia Municipal ao longo do próximo mandato, o primeiro princípio que deve presidir esta conversa é o de estarmos disponíveis para ouvir, o de sermos tolerantes com aquilo que são as opiniões, as sugestões uns dos outros e, na verdade, eu não posso deixar de registar que, na passada quarta-feira tivemos uma reunião em que estiveram, e para a qual foram convidados não apenas os presidentes dos grupos municipais, mas todos os Presidentes de Junta. Nessa mesma reunião, ficou, também, claro que, naquilo que tem sido uma reivindicação de quem esteve na oposição, até há bem pouco tempo, de que se deveria dignificar o funcionamento deste órgão e que deveriam ser dadas condições para o funcionamento deste órgão, a resposta que nós tivemos nessa reunião, e que acabou de ser anunciada pelo senhor Presidente da mesa, é que nós já estamos a ter uma evolução que é significativa. A questão das salas, por exemplo, onde os grupos possam reunir e, também, aquilo que foi a forma como aquela reunião decorreu em que todos cooperámos. Mais importante do que declarar o contra, e eu queria dizer isto a Sérgio Silva, eu acho que é importante conversarmos. Nós não fazemos questão que o Regimento seja votado hoje. Não é uma emergência. A única nota que eu acho que é relevante é na questão dos tempos porque essa, evidentemente, tem uma alteração, se quisermos, significativa que resulta das eleições. Nas restantes matérias, eu deixo à consideração da Assembleia. É necessário criar um grupo de trabalho para rever o Regimento de forma mais profunda? Estaremos na disposição de colaborar. Termina, senhor Presidente, dizendo que, pela nossa parte, estamos disponíveis para ouvir, para discutir e para acertarmos aquilo que são as regras que nos regem a todos.-----

Diana Paiva – Dirijo os meus respeitosos cumprimentos à mesa, ao senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, senhores membros da Assembleia. Relativamente a este ponto, tanto quanto sei, fui convocada juntamente com os restantes líderes indicados, assim como Presidentes de Junta. Se não houve presenças, com certeza as pessoas não poderão ter estado. Efetivamente, eu não pude e deleguei, mas para nós, PSD, não fazemos questão desta emergência de votação hoje porque o documento poderá ser analisado com mais cuidado. Entendemos que os tempos podem, efetivamente, já ficar determinados para a próxima Assembleia termos essa situação resolvida e, entretanto, as sugestões que surjam, com certeza, nessa altura, conseguiremos ter um documento completamente fechado e podermos avançar com os trabalhos normalmente no futuro.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais intervenções, não vejo mal que seja aprovada a nova grelha de tempos, se estivermos todos de acordo, e que seja marcada uma nova reunião com os líderes e com os senhores Presidentes de Junta para aprofundar esta alteração ao Regimento e, até lá, continuaríamos a trabalhar com o Regimento que está em vigor. Até porque eu tenho o entendimento e tenho pena de não ter

tido mais tempo para o analisar com mais cuidado. Este Regimento carece, mesmo, de uma reorganização em termos da sua sistematização e distribuição dos temas. Há uma confusão total, pois para procurar assuntos andamos às voltas porque estão todos fora do sítio. Se estivermos de acordo, eu colocaria à votação a grelha de tempos e suspendíamos a votação relativamente à proposta de alteração do Regimento.-----

Colocada à votação a alteração proposta à grelha de tempos, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

Foi, ainda, colocada a proposta apresentada pelas duas bancadas, quer do CDS quer do PSD, para que se marque uma reunião de líderes para se discutir, com mais profundidade, as alterações ao Regimento, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Assim, este ponto da Ordem do Dia será colocado à análise e votação numa próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

1.2 Designação ou Eleição de Representantes: - Nos termos das respetivas disposições legais, foi aprovado, por unanimidade, proceder à constituição das seguintes comissões municipais, bem como, à designação ou indicação dos membros a integrar os conselhos municipais e órgão de outras entidades que a seguir se indicam:-----

1.2.1 Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga (ARSC): - Para integração do Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a designação de um representante, tendo sido designada Patrícia Sofia Martins dos Santos e Alexandre Manuel Tavares Rocha como suplente.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e sete votos; Não – zero votos; Branco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

1.2.2 Conselho Municipal da Juventude: - Nos termos da alínea b) do artigo 4º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, foi eleito, por voto secreto, Ana Rita da Costa Sousa Figueiras, Renata Liliana da Costa Marques e Sandra Marlene Rodrigues Pereira para integração no Conselho Municipal da Juventude.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e sete votos; Não – zero votos; Branco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

1.2.3 Assembleia Intermunicipal da CIRA: - Nos termos do n.º 2 do artigo 83º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a eleição dos quatro membros que irão integrar a Assembleia Intermunicipal, tendo sido eleitos Hermínio Pedro Marques Martins, Beatriz Manuel Lourenço Soares, António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro e Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva e como suplentes foram eleitos Ana Maria Veloso Martins da Silva, Renata Liliana da Costa Marques e Ana Cristina da Silva Tavares. Todos faziam parte da única lista apresentada a sufrágio.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e sete votos; Não – zero votos; Branco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

1.2.4 Assembleia Distrital: - Nos termos da alínea b) do n.º 2 da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, foi designado, por voto secreto, Elga Maria do Amaral Martins da Silva para integração da Assembleia Distrital e João Rodrigues de Oliveira como suplente.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e seis votos; Não – zero votos; Branco – um voto, Nulo – zero votos.-----

1.2.5 Conselho Municipal de Defesa da Floresta: - Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, foi eleito, por voto secreto, José Carlos Ribeiro de Sousa para fazer parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, e António Fernando da Silva Dias como suplente.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e seis votos; Não – zero votos; Branco – um voto, Nulo – zero votos.-----

1.2.6 Conselho Municipal de Educação: - Para cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 5º da Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, foi eleito, por voto secreto, Elga Maria do Amaral Martins da Silva para integração do Conselho Municipal de Educação, ficando Sérgio Soares da Silva como suplente.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e quatro votos; Não – zero votos; Branco – três votos, Nulos – zero votos.-----

1.2.7 Conselho Municipal de Segurança: - Para cumprimento do disposto nas alíneas d) e j) do artigo 5º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, respetivamente, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a designação dos membros a integrarem o Conselho Municipal de Segurança, tendo sido designados os seguintes membros: Almiro Silva Machado, António Fernando da Silva Dias, Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Fernando Pereira Rodrigues, Filipe Aniceto Fernandes Carvalho, Jorge Manuel Henriques da Graça, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Pedro de Bastos Costa Lemos, Maria Amaral Martins Pereira, Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço, Pedro Jorge Martins Fernandes, Raul Alberto da Conceição Duarte e Sérgio Soares da Silva.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e sete votos; Não – zero votos; Branco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

1.2.8 ANMP – Representantes: - Para efeitos do que dispõe o n.º 2 do artigo 6º dos estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a eleição de um representante da Assembleia Municipal para a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, tendo sido eleito Fernando Pereira Rodrigues e António Fernando da Silva Dias como suplente.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e sete votos; Não – zero votos; Branco – zero votos, Nulo – zero votos.-----

1.3 Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sever do Vouga 2021-2030: - Foi apresentada a proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sever do Vouga 2021-2030. O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

João Oliveira – Muito boa tarde. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, caros senhores Presidentes de Junta, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Relativamente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sever do Vouga 2021-2030, sobre o qual nos iremos pronunciar, de seguida, temos a referir que se trata de documentos já aprovados anteriormente pelo anterior executivo de um grande interesse para a comunidade Severense e que os deputados do PS irão votar favoravelmente porque, naturalmente, concordamos com o teor dos mesmos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Apenas para dizer que este documento foi aprovado na última reunião de Câmara e não foi aprovado pelo último executivo, foi aprovado pelo atual executivo.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor Presidente da mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Olhar para aquilo que é o trabalho do Município como coisa sua é algo que não nos ocorre fazer. O trabalho do Município é de todos os Severenses e, numa matéria que tem a gravidade que tem a proteção dos incêndios num concelho que, apesar de tudo, tem sido dos concelhos que tem tido alguma sorte nos últimos anos, mas não há sorte que dure para sempre. É evidente que é muito importante trabalhar-se e preparar-se e este é um trabalho que exige constância, que exige persistência, que exige que todos estejamos envolvidos. Queria, também, deixar algumas reflexões que todos nós sabemos que não são fáceis de levar para o terreno aquilo que são as boas intenções que, às vezes, um legislador pode ter, que os técnicos procuram transferir para estes documentos, mas isto é, sem dúvida, um ponto de partida fundamental para que se comece a fazer no terreno aquilo que, muitas vezes, não está feito e que nos pode colocar, a todos, em risco. A dificuldade, sabemos, será sempre como conciliar estes interesses. Os vários interesses que podem conflitar desde a floresta a quem quer viver na sua casa em segurança e esse equilíbrio é um equilíbrio, conforme eu disse, que exige persistência, muita atenção e que é importante que o Município tenha assumido, aqui, logo no início do mandato, que esta é uma matéria

que nos preocupa a todos e para a qual é necessário que haja solução.-----

Presidente da Câmara Municipal – Boa tarde a todos. Aos membros da vereação, aos membros da Assembleia Municipal, ao senhor Presidente e restantes membros da mesa, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores deputados municipais, público em geral, a todos muito boa tarde. É com muito gosto que aqui estou hoje. Eu pedi a palavra, há pouco, apenas para fazer um esclarecimento. Como eu tive oportunidade de dizer, este documento foi votado na passada quarta-feira, na última reunião que tivemos, por este executivo. Naturalmente, foi um documento que foi iniciado pelo anterior executivo e que foi terminado já neste mandato atual. Queria, apenas, dizer que este é dos assuntos que mais me preocupa no nosso concelho. Nós temos uma enorme mancha de floresta, de eucaliptal. Não existe um Plano Municipal de Emergência desde 1999, portanto, há vinte e dois anos que o plano não está atualizado e é uma das coisas que vamos tratar de imediato. Estou seriamente preocupado com esta situação, até porque, como sabem, este ano não houve, por vários motivos, incêndios, o que significa que a carga térmica aumentou exponencialmente no nosso concelho. Eu hoje tive reunião com o Inspetor da Polícia Judiciária, na Câmara Municipal, e com o Mestre Comandante da GNR precisamente a tratar deste assunto, e quero dizer-vos que vai ser dos primeiros assuntos, assim que for criado o Gabinete Técnico Florestal e o Gabinete de Proteção Civil, que não existem na Câmara Municipal, que vão ser criados em breve, e que vão responder, diretamente, à Presidência da Câmara porque é, efetivamente, dos assuntos que mais me preocupa, somado a todos os outros, mas este é aquele que me parece que, se não houver cuidado, mais depressa pode tomar rumos que nós não conseguimos controlar.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sever do Vouga 2021-2030.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Devo dizer que me congratulo com a aprovação deste documento e também desejo, sinceramente, que, dada a importância do mesmo para o nosso concelho, que o mesmo venha a ser efetivamente implementado e bem implementado.-----

1.4 Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada: - Foi apresentada a versão final do Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada para efeitos de aprovação. O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

João Oliveira – Mais uma vez, muito boa noite. Eu só queria adiantar relativamente ao que disse, há instantes, que também este documento foi elaborado pelo anterior executivo, tendo sido aprovado pela Câmara Municipal. E que, também, neste documento, naturalmente, o PS vai votar favoravelmente.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Consideramos que este documento é importante no sentido de que tem vários apoios a pessoas em situação carenciada. Por isso mesmo, admito que seja elaborado pelos elementos da Assistência Social do Município porque têm noção das carências da população Severense. Há que considerar, também, por parte do Município, o efetivo empenho em termos, no nosso concelho, mais habitação para pessoas carenciadas e mesmo não carenciadas porque se nota uma grande falha, a nível do arrendamento, no nosso concelho. E penso que uma dessas situações deverá ser prevista que vi que havia apoios para pessoas em situação de violência doméstica, o que é algo extremamente grave no nosso país, mas também, podia-se ver situações de pessoas que, infelizmente, deixam de ter capacidade de pagar as suas habitações e se veem despejadas e, num curto espaço de tempo, têm necessidade de ser realojadas. Penso que o regulamento, conforme o senhor Presidente da Câmara disse, ainda tem espaço de melhoria e penso que deverá mesmo ser melhorado para abarcar todas as situações que ocorrem no nosso concelho. Em todo o

caso, votaremos favoravelmente porque consideramos que toda a situação de apoio a famílias carenciadas será de louvar.-----

Presidente da Câmara Municipal – Apenas para dizer que este foi, efetivamente, um regulamento realizado pelo anterior executivo, do qual eu fiz parte, mas que eu entendo que deve ser rapidamente melhorado e, logo que possível, irá ser. Não tivemos ainda tempo para o fazer.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a versão final do Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada à Assembleia Municipal para subsequente publicação no Diário da República.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Permitam-me que questionasse o deputado António Dias se está a filmar e a gravar a reunião. Obteve autorização dos presentes?-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Boa noite, senhor Presidente da mesa, senhores membros da Assembleia, senhores Presidentes de Junta, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores aqui presentes. Senhor Presidente, eu já vi que, possivelmente, o que custou muitos anos a transmitir as reuniões, pelos vistos, é para descontinuar-se porque a reunião de hoje não foi transmitida como as anteriores e eu gostava de saber o porquê.-----

Presidente da Assembleia Municipal – O senhor achou que isso era motivo que legitimaria transmitir a reunião. Eu devo dizer-lhe o seguinte: eu não tenho, no Regimento que me foi dado a conhecer e que o senhor conhece também, não há nada que diga que as reuniões são transmitidas. Eu sei que isso funcionava, no passado, e se a Assembleia entender que esse mecanismo de gravação e transmissão deverá continuar, deverá ser feita uma proposta para que isso seja aprovado. Até lá, é o que temos.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----